Acordo de Parceria Portugal 2030

Promover a convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando a coesão territorial e social

15 de novembro de 2021

REPÚBLICA PORTUGUESA | GABINETE DO MINISTRO DO PLANEAMENTO

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Índice |

1. Enquadramento
2. Principais Opções Programáticas
3. Programação Financeira
4. Principais Medidas de Reforço da Capacidade de Gestão
5. Abordagens Integradas para enfrentar os Desafios Demográficos e do Território
6. Condições Habilitadoras
7. Envolvimento dos Parceiros

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

PORTUGAL 2030

1.

Enquadramento

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

ACORDO DE PARCERIA | Portugal 2030

O **Portugal 2030** materializa o Acordo de Parceria a firmar entre Portugal e a Comissão Europeia, que estabelece os grandes objetivos estratégicos para aplicação dos Fundos Europeus no país para o período 2021-2027.

No total, Portugal irá programar 23 mil M€, distribuídos por cinco Fundos Europeus:

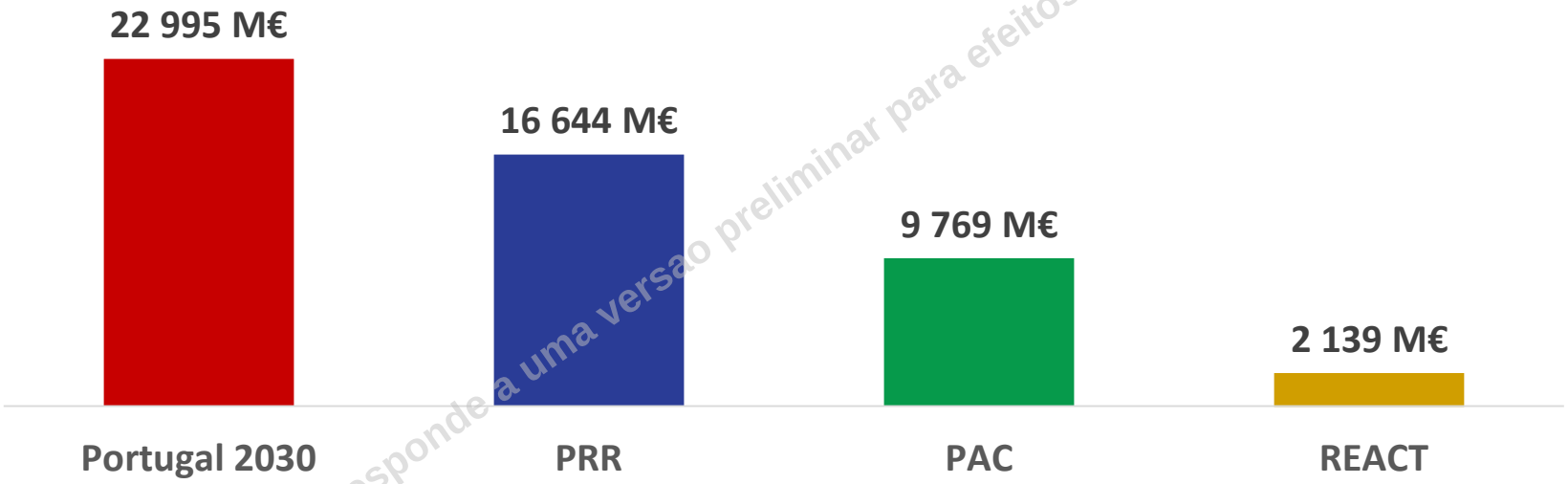
FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	Fundo Social Europeu Mais	Fundo de Coesão	Fundo para uma Transição Justa	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura
11,5 mil M€	7,5 mil M€	3,4 mil M€	0,2 mil M€	0,4 mil M€

As negociações do quadro de financiamento plurianual (QFP 2021-27) iniciaram-se em 2018, tendo sido objeto de decisão no Conselho Europeu de julho de 2020. O processo culminou com a publicação dos regulamentos comunitários dos fundos da Política de Coesão em junho de 2021, ainda durante a presidência portuguesa.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

FUNDOS PARA 2021-27| Pacote Global de Portugal

Ao **Portugal 2030** acrescem outros instrumentos financiados por Fundos Europeus, num montante global de 52 mil M€.



Total = 51 547 M€

Notas: (1) O valor do Portugal 2030 já está deduzido das transferências para a Cooperação Territorial e para o Connecting Europe Facility/ Mecanismo Interligar a Europa (CEF/MIE) e a PAC inclui a componente de Desenvolvimento Rural incluída no Next Generation EU.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

ACORDO DE PARCERIA | VALORES GLOBAIS *preços correntes*

Dotação aprovada pela União Europeia

24 182 M€

=

FEDER	FSE+*	FC*	FTJ	FEAMPA*	TOTAL
11 497	7 497	3 399	224	379	**22 995**

+

Transferência para o Mecanismo Interligar Europa **1.048 M€**

Cooperação Territorial **139 M€**

=

24 182 M€

* Face aos valores definidos pela Comissão, os indicados, Portugal vai propor uma transferência de 280 M€ do FC para o FSE+ e de 14M€ do FC para o FEAMPA.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

ACORDO DE PARCERIA | Prioridades europeias

Nos termos dos regulamentos europeus, o Portugal 2030 programa-se em torno de cinco objetivos estratégicos (OP) da União Europeia:

OP1 - Uma Europa mais inteligente,
investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo

OP2 - Uma Europa mais «verde»,
que aplique o Acordo de Paris e investa na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas

OP3 - uma Europa mais conectada,
com redes de transportes estratégicas

OP4 - uma Europa mais social,
na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde

OP5 - uma Europa mais próxima dos cidadãos,
através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com a Estratégia 2030

Visão da Estratégia 2030

«Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a UE, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial» e organiza-se em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.»

	Agenda 1	Agenda 2	Agenda 3	Agenda 4
	As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Inovação, Digitalização e Qualificações como motores do desenvolvimento	Transição climática e sustentabilidade dos recursos	Um país competitivo externamente e coeso internamente
	1.1 Sustentabilidade demográfica 1.2 Promoção da inclusão e luta contra a exclusão 1.3 Resiliência do sistema de saúde 1.4. Garantia de habitação condigna e acessível 1.5 Combate às desigualdades e à discriminação	2.1 Promoção da sociedade do conhecimento 2.2 Inovação empresarial 2.3 Qualificação dos recursos humanos 2.4 Qualificação das instituições	3.1 Descarbonizar a sociedade e promover a transição energética 3.2 Tornar a economia circular 3.3 Reduzir os riscos e valorizar os ativos ambientais 3.4 Agricultura e florestas sustentáveis 3.5 Economia do mar sustentável	4.1 Competitividade das redes urbanas 4.2 Competitividade e coesão na baixa densidade 4.3 Projeção da faixa atlântica 4.4 Inserção territorial mercado ibérico
Objetivos do PT2030	**OP4 Europa + social**	**OP1 Europa + Inteligente** **OP4 Europa + social**	**OP2 Europa + verde**	**OP1 Europa + Inteligente** **OP2 Europa + verde** **OP3 Europa + conectada** **OP4 Europa + social** **OP5 Europa + próxima**

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

ACORDO DE PARCERIA | Alinhamento com a Estratégia 2030 e PRR

A Estratégia Portugal 2030 conta com cerca de 40 mil M€ de recursos de Fundos Europeus, entre Portugal 2030 e PRR:

M€

ESTRATÉGIA 2030 | Agendas temáticas	Portugal 2030		PRR		Total PRR+PT 2030	
TOTAL	22 995	100%	16 644	100%	39 639	100%
As Pessoas Primeiro: Um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	3 865	17%	5 236	31%	9 102	23%
Digitalização, Inovação e Qualificações como Motores do Desenvolvimento	8 329	36%	6 397	38%	14 726	37%
Transição Climática e Sustentabilidade dos Recursos *	4 779	21%	4 187	25%	8 966	23%
Um País Competitivo Externamente e Coeso Internamente	5 329	23%	823	5%	6 152	16%
AT - Assistência Técnica	693				693	

Nota: * As concentrações temáticas associadas às alterações climáticas no PRR (37%) e no PT2030 (37% no Fundo de Coesão e 30% no FEDER) são atingidas através de contributos da generalidade das agendas temáticas da Estratégia 2030.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

ACORDO DE PARCERIA | Princípios

Tal como definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, o Portugal 2030 tem como princípios orientadores:

Concentração

Focalizar o apoio num número limitado de domínios estratégicos para maximizar o seu impacte económico e social, estimulando uma mobilização mais eficiente de recursos

Simplificação

Continuar a reduzir barreiras de acesso e prazos de resposta, adotando tecnologias, processos e modelos organizacionais adequados

Orientação para resultados

Assegurar que a aplicação dos fundos europeus está orientada para os resultados a atingir, ligados aos objetivos estratégicos dos programas, com base na contratualização dos mesmos

Abertura à inovação

Implementar projetos-piloto e abordagens territoriais inovadoras para efeitos de posterior disseminação

Transparência e prestação de contas

Reforçar práticas de informação sobre os apoios atribuídos e avaliação dos resultados através do Portal + Transparência

Subsidiariedade

Reforçar a descentralização no processo de decisão, assumindo-a onde for mais eficiente

Segregação das funções e prevenção de conflitos de interesse

Separar funções de análise e decisão, de pagamento, da função contabilística e de auditoria e controlo

Sinergias com instrumentos nacionais e comunitárias

Assegurar a coerência com outros instrumentos europeus e nacionais.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

ACORDO DE PARCERIA | Programas

O Portugal 2030 é mobilizado através dos seguintes **Programas:**

4 PO Temáticos

Demografia, Qualificações e Inclusão

Financiado pelo FSE+. Dá cumprimento quase integral ao OP 4, com intervenção alargada nos domínios das Políticas Ativas de Emprego, da Educação e Formação Profissional e Superior, da Inclusão Social e da Igualdade e não discriminação. Abrange as regiões menos desenvolvidas do Continente, à exceção no apoio aos mais carenciados, em que apoia também as regiões da Área Metropolitana de Lisboa e Algarve.

Inovação e Transição digital

Financiado pelos Fundos FEDER e FSE+. Dirige-se às regiões menos desenvolvidas do Continente e dá cumprimento, principalmente ao OP 1, apoiando a digitalização, a inovação e I&D e a internacionalização das empresas e das instituições de interface e do sistema científico. Apoia ainda as empresas no OP 2 e no OP4, em projetos de descarbonização e de formação de ativos, respetivamente.

Ação Climática e Sustentabilidade

Financiado pelo Fundo de Coesão. De âmbito nacional, visa a transição climática, ações que promovem a adaptação às alterações climáticas, a economia circular e a mobilidade urbana, objetivos enquadrados no OP 2. No OP3, integra também os principais investimentos no domínio das Redes Transeuropeias de Transportes, designadamente da ferrovia.

Mar

Financiado pelo FEAMPA. Visa potenciar os investimentos na área do Mar e contribuí em particular para o OP 2 e, com menor expressão, para o OP 5, onde se incluem as estratégias de desenvolvimento local. Atua em todo o território nacional.

Nota: Designação dos PO não definitiva.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussao publica

ACORDO DE PARCERIA | Programas

Correspondendo às NUTS II, são implementados **sete programas Regionais**:

PO Norte | PO Centro | PO Lisboa | PO Alentejo | PO Algarve | PO Açores | PO Madeira

Financiados pelo FEDER e FSE+. Os programas Regionais mobilizam a generalidade dos OP, com particular destaque para os OP5, OP2 e OP1. Estes PO estão particularmente focados na dimensão territorial das políticas públicas/territorialização das políticas públicas, incluindo também os Planos Territoriais para uma Transição Justa, a ser financiados pelo Fundo para uma Transição Justa.

Programa Assistência Técnica

Financiado pelo FEDER e pelo FSE+. De abrangência nacional, este PO visa implementar ações de capacitação das entidades envolvidas na coordenação e gestão dos fundos, incluindo monitorização, avaliação, comunicação, sistemas de informação e controlo.

Programas de Cooperação Territorial Europeia

Portugal participa num conjunto de Programas, em parceria com os outros Estados Membro, nas vertentes transfronteiriça, transnacional e regiões ultraperiféricas, e com os outros Estados Membros e a Comissão Europeia, na vertente interregional.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

ACORDO DE PARCERIA | Estrutura Programática

	Objetivos Estratégicos (OP)						Tipo de Região			Fundo				
	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	FTJ	Menos desenvolvida	Em transição	Mais desenvolvida	FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA
Programas Temáticos														
Inovação e Transição Digital	✓	✓		✓			✓			✓	✓			
Ação Climática e Sustentabilidade		✓	✓				n.a.	n.a.	n.a.			✓		
Demografia, Qualificações e Inclusão				✓			✓		*		✓			
Mar		✓			✓		n.a.	n.a.	n.a.					✓
Programas Regionais do Continente														
Norte	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓		✓	
Centro	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓		✓	
Alentejo	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓		✓	
Lisboa	✓	✓		✓	✓				✓	✓	✓			
Algarve	✓	✓		✓	✓			✓		✓	✓			
Programas das Regiões Autónomas														
Açores	✓	✓	✓	✓	✓		✓			✓	✓			
Madeira	✓	✓	✓	✓	✓		✓			✓	✓			
Programa Assistência Técnica							✓	✓	✓	✓	✓			

Nota: O Programa Demografia, Qualificações e Inclusão abrange todas as tipologias de região na componente de apoio aos mais carenciados.
Legenda: n.a. – não aplicável.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

PORTUGAL 2030

2.

Principais Opções Programáticas

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

PORTUGAL 2030

2.

OP1 Portugal + Competitivo

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP1 Portugal + Competitivo | Contexto e Diagnóstico

Nas últimas duas décadas, Portugal registou **progressos no seu perfil de especialização** e no modelo de crescimento da economia:

- Grau mais elevado de internacionalização das empresas e maior abertura da economia ao exterior
- Crescimento do peso das despesas em I&D no PIB, especialmente no investimento privado
- Maior capacidade de inovação, maior valor acrescentado e desenvolvimento de cadeias de valor
- Maior flexibilidade e simplicidade de acesso a serviços públicos
- Melhoria das qualificações da população ativa
- Alargamento e diversificação da rede de instituições académicas, científicas e tecnológicas e ligação às empresas
- Avanço na simplificação administrativa, licenciamento e evolução positiva na relação com os cidadãos e empresas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo | Contexto e Diagnóstico

Mantêm-se, no entanto, alguns constrangimentos:

Especialização produtiva e exportações ainda concentradas em produtos de baixa e média baixa tecnologia e fraca intensidade de conhecimento

Predominância de **empresas de pequena** dimensão sem escala competitiva de âmbito internacional, com modelos de negócio pouco sofisticados

Baixo grau de notoriedade internacional de produtos e serviços portugueses, com reduzida aposta na criação de marcas nacionais e na valorização dos atributos da imagem país

Reduzido número de empresas exportadoras e reduzida diversificação de mercados

Elevado **endividamento** limitador da capacidade das empresas de assumirem níveis acrescidos de esforço financeiro

Mercado de capitais com um grau de maturidade insuficiente, com falta de oferta de soluções suficientemente diversificadas, designadamente para investimentos de risco mais elevado

Reduzida valorização económica do conhecimento produzido e a sua insuficiente tradução na capacidade de penetração nos mercados externos

Insuficiente **investimento em I&D**, reduzida **cooperação entre os atores do Sistema Nacional de I&I** e destes com as empresas

Número de **investigadores e doutorados em empresas abaixo da média europeia**

Desajustamento das **competências** (incluindo gestores e empresários) para a transformação estrutural, em particular entre ativos adultos, em áreas emergentes e face às necessidades do mercado

Custos de contexto da atividade empresarial ainda significativos, com margens de progresso em termos de simplificação e desburocratização dos serviços públicos, assente na digitalização

Défices de **cobertura territorial de infraestruturas de suporte à competitividade,** incluindo das infraestruturas de conectividade digital

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas, alinhado com as estratégias de especialização inteligente

Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas

Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo

Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Melhorar a conetividade digital

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas, alinhado com as estratégias de especialização inteligente

- **Reforço da base de conhecimento científico e tecnológico**, através da aposta na I&D e no reforço do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, através da melhoria das condições das entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, consolidando e reforçando a rede qualificada de infraestruturas científicas e tecnológicas e a sua articulação com outros atores relevantes
- **Produção, transferência e incorporação de conhecimento e tecnologia**, potenciando a valorização económica dos resultados de I&D&I, o incremento do nível de transformação de resultados em projetos empresariais, envolvendo uma maior interação e articulação entre as entidades do Sistema de I&D&I e o tecido empresarial na produção e transferência de conhecimento e de tecnologia
- **I&D&I empresas e Sistema Científico e Tecnológico** (incluindo o desenvolvimento de investimentos em cascata), reforçando a intensidade de I&D&I nas empresas e a sua valorização económica
- **Cooperação entre não PME e PME em atividades de I&D**, reforçando a cooperação e transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas

Exemplos de medidas de política:

Projetos de I&D

Rede de Transferência e Valorização de Conhecimento

Lab. Associados, Unidades de I&D, Lab. de Estado, Lab. Colaborativos e CIT

Apoio à Investigação Científica e Tecnológica

Sistema de Incentivos

Ações Coletivas

Apoios a infraestruturas científicas e tecnológicas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas

Iniciativas de qualificação, digitalização e capacitação do tecido produtivo:

- Estimular a inclusão das micro, pequenas e médias empresas na economia digital, designadamente através da adaptação dos modelos de negócios com vista à inserção das PME na economia digital, com destaque para os canais de venda on-line
- Generalizar i4.0, com o intuito de estimular a massificação da partilha de conhecimento, experiências e benefícios da Indústria 4.0 entre empresas, fornecedores tecnológicos e instituições

Digitalização da Administração Pública Local e Central:

- Incrementar a capacidade de resposta e a eficiência da Administração Pública, designadamente da Administração Pública local, na redução dos custos de contexto que afetam a competitividade empresarial, com especial relevância na Administração local
- Fomentar o desenvolvimento de *smart cities*, que proporcionem serviços digitais centrados nas pessoas e interoperáveis em todo o território nacional

Exemplos de medidas de política:

Iniciativas de mobilização de empresas para a economia digital

Serviços digitais para microempresas na dimensão local

Ações Coletivas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo

- **Digitalização das cadeias de produção e incorporação de tecnologia e conhecimento:**
  - Reforçar o investimento empresarial em processos de digitalização e inovação produtiva, visando o desenvolvimento de novos produtos e processos
  - Formar ativos empregados associados aos projetos apoiados

- **Reforçar a capacidade produtiva / reindustrialização:**
  - Estimular o investimento empresarial para o aumento da capacidade produtiva e da produtividade e para a modernização dos processos de fabrico, reforçando a orientação para os mercados externos
  - Fomentar a criação de novas empresas e negócios, em particular em setores internacionalizáveis

- **Investimento de base territorial, visando a expansão das empresas, aumento da produção nacional e manutenção do emprego**
  - Estimular projetos de investimento enquadrados em estratégias regionais e locais que contribuam para dinamizar a atividade económica dos territórios

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo (cont.)

- **Fatores imateriais de competitividade:**
  - Reforçar a capacitação empresarial das PME através de processos de digitalização, de qualificação e de internacionalização
- **Iniciativas coletivas de qualificação e capacitação do tecido produtivo:**
  - Contribuir para a melhoria do ecossistema envolvente à atividade empresarial
  - Reforço da rede de infraestruturas de apoio à competitividade, nomeadamente de base regional

Exemplos de medidas de política :

Sistemas de Incentivos à Inovação, Digitalização, e Internacionalização

Sistemas de apoio de base territorial alinhados com estratégias regionais e locais

Ações Coletivas

Infraestruturas de apoio à competitividade

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

Este objetivo específico centra-se em incrementar a **capacitação e a concertação das entidades públicas e privadas de suporte à envolvente**, consubstanciando-se na promoção de dinâmicas de cooperação, de coordenação e de funcionamento em rede para a implementação de políticas públicas e estratégias, em particular as RIS3, atuando nas dimensões:

- Ciência e interface entre o tecido científico e a sua envolvente tecnológica
- Empresas e envolvente empresarial
- Intervenientes institucionais e governação de ecossistemas de inovação

A mobilização destas áreas de intervenção concorre para:

- Reduzir falhas de mercado (resultantes de informação assimétrica e de coordenação de atores, públicos e privados, sobretudo em áreas de atividade associadas a vantagens competitivas latentes e emergentes);
- Maior impacto dos projetos apoiados por instrumentos de política enquadrados em diferentes OE, nomeadamente no OE 1.1 onde as RIS constituem condição habilitadora;
- Desenvolvimento quantitativo e qualitativo de processos de descoberta empreendedora, com identificação de projetos suscetíveis de apoio pelos respetivos Programas Operacionais.

Exemplos de medidas de política:

Concertação estratégica e coordenação de atores: iniciativas que visem a coordenação de atores para a atuação conjunta (envolvendo instituições territoriais, de ciência , de produção e transferência de tecnologia e representantes do tecido empresarial) que permita o desenvolvimento de ecossistemas colaborativos

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP1 Portugal + Competitivo| Principais áreas de Programação

Melhorar a conetividade digital

- **Apoiar investimentos ligados à expansão das redes de banda larga em áreas de baixa densidade/territórios do interior,** em articulação com as obrigações do leilão 5G, abrangendo territórios de baixa densidade, de modo colmatar a fraca conetividade digital em diversas zonas do país, em particular nas zonas rurais, que permanecem com níveis de acesso pouco adequados a serviços digitais.
- Adicionalmente, pretende-se continuar a apoiar a conectividade no âmbito da digitalização da Educação, complementando a intervenção do PRR.

Exemplos de medidas de política:

Apoio à instalação de redes de banda larga

Apoio à conectividade no âmbito da digitalização da Educação

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

PORTUGAL 2030

2.

OP2 Portugal + Verde

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP2 Portugal + Verde | Contexto e Diagnóstico

Portugal assumiu o compromisso de transitar para uma **economia neutra em carbono** até 2050, posicionando o país entre os que assumem a liderança no combate às alterações climáticas, no âmbito do Acordo de Paris.

Promover a transição com o pressuposto da valorização do território

Tirar partido dos recursos endógenos renováveis, preservando os ecossistemas e a biodiversidade

Avançar para uma economia circular, sustentável e competitiva, capaz de assegurar uma transição justa

Em linha com o Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas

Portugal apresenta maiores vulnerabilidades e menores oportunidades com as alterações climáticas

Os custos da inação face aos impactos das alterações climáticas assumem uma expressão significativa para Portugal

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

OP2 Portugal + Verde| Contexto e Diagnóstico

Mantêm-se, no entanto, alguns constrangimentos:

Elevados níveis de intensidade carbónica, designadamente no setor da indústria e do setor residencial	**Eficiência energética, energias renováveis e armazenamento**	Elevada dependência energética das importações de matérias-primas de origem fóssil
Agravamento da magnitude e frequência de fenómenos climáticos extremos, com impactos em todo o território nacional e em diversos setores	**Adaptação às alterações climáticas, a prevenção de riscos e a resiliência a catástrofes**	Maior necessidade de assentar as decisões em conhecimento, na coordenação e cooperação entre entidades aos diferentes níveis de atuação
Fraca disponibilidade hídrica com expectativa de agravamento da sua escassez agudizado por uma reduzida eficiência dos sistemas de água	**Gestão sustentável de água**	Aumento dos níveis de reabilitação para melhoria da qualidade dos serviços prestados e da sua gestão e sustentabilidade, bem como maior detalhe ao nível do conhecimento do estado dos sistemas

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP2 Portugal + Verde| Contexto e Diagnóstico (cont.)

A baixa produtividade e eficiência conduz a impactes ambientais significativos, quer em termos de emissões de GEE, quer em termos de qualidade do solo, do ar e da água e de perdas económicas	**Gestão de resíduos e transição para uma economia circular**	Baixa taxa de preparação para a reutilização e reciclagem de resíduos urbanos e na reduzida taxa de cobertura de matérias-primas por materiais recuperados
Necessidade de conservar e proteger todas as componentes da biodiversidade, atingir a integridade dos sistemas ecológicos, as relações rural-urbano e a provisão dos serviços dos ecossistemas	**Proteção e preservação da natureza, biodiversidade, infraestruturas verdes (em especial no meio urbano) e redução da poluição**	Proceder à ecologização dos espaços urbanos e a continuidade ecológica, restabelecendo a integridade dos sistemas ecológicos, as relações rural-urbano e a provisão dos serviços dos ecossistemas
Elevados níveis de intensidade carbónica, designadamente no setor dos transportes	**Mobilidade urbana multimodal sustentável**	Aceleração da utilização dos modos ativos de transporte, densificando as redes de infraestruturas e reforçando a intermodalidade e integração modal, e investindo na ferrovia, descongestionando a rede ferroviária das áreas metropolitanas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Verde| Principais áreas de Programação

- Eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa
- Energias renováveis
- Reforço das infraestruturas energéticas, fomento do armazenamento e digitalização das redes de energia
- Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos de catástrofes
- Acesso e a gestão sustentável da água
- Transição para uma economia circular e eficiente no uso de recursos
- Proteção e a preservação da natureza, biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e redução de todos os tipos de poluição
- Mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia neutra em carbono
- Reforço do potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa

- Pretende-se alcançar quatro grandes objetivos: a descarbonização, a eficiência energética e a transição energética, reduzindo custos e desperdício e assegurando uma maior competitividade. A descarbonização da indústria é em simultâneo uma oportunidade para promover a competitividade, para os custos com o consumo de energia e aumentar o contributo das fontes renováveis e endógenas nos consumos energéticos
- Pretende-se também alavancar a descarbonização e a transição energética na Administração Pública Local

Energias Renováveis

- **Diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável**
  - Ações, nomeadamente, de desenvolvimento e teste de novas soluções e tecnologias, utilizando exclusivamente fontes de energia de origem renovável (eólica offshore, solar termoelétrico de concentração, aproveitamento geotérmico, oceânica *nearshore* ou *offshore*, redes térmicas urbanas, hidrogénio e gases renováveis e outros combustíveis alternativos renováveis e sustentáveis)
- **Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável**
  - Projetos de autoconsumo coletivo e/ou comunidades de energia renovável e respetivos sistemas de armazenamento de energia e software ou plataformas de gestão inteligente
  - Projetos inovadores, para testar novas soluções disruptivas, abordagens e modelos de negócio aplicados a projetos de autoconsumo coletivo e/ou comunidades de energia renovável com vista à criação de redes inteligentes

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Reforço das infraestruturas energéticas, fomento do armazenamento e digitalização das redes de energia

- Colocar as cidades na linha da frente da descarbonização, reduzindo a **intensidade carbónica do parque de edifícios** (residenciais e comerciais), e usar a energia de forma mais eficiente, assumindo respostas diferenciadas de gestão da procura, redução do consumo e promoção da eficiência energética dos distintos agentes urbanos e, em particular, dos setores público, empresarial e residencial, assim como dos subsistemas de iluminação, mobilidade, gestão da água e de resíduos, incluindo a integração e a utilização de fontes de energia renovável, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono e a redução da pegada carbónica dos sistemas urbanos.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos de catástrofes

- **Proteção do litoral**: Será dada prioridade às intervenções estruturais com impacte nos ciclos e sistemas naturais, com foco na reposição sedimentar e nas soluções de adaptação mais ajustadas para a manutenção da nossa linha de costa e a salvaguarda de pessoas e bens. Por outro lado, uma gestão continuada do Litoral não dispensa igualmente conhecimentos técnicos e científicos especializados, nem um sistema global de monitorização.
- **Meios materiais para a proteção civil**: Prevê-se o apoio à aquisição de meios de prevenção e combate a incêndios rurais (viaturas, máquinas, equipamentos, ferramentas manuais e motomanuais), aquisição de equipamentos de proteção individual, Sistemas de apoio à decisão e à supressão de incêndios rurais, prevenção de riscos e promoção da resiliência a catástrofes em meio urbano (equipamentos de socorro aquático, contenção e bombagem para cheias, EPI, viaturas); e a infraestruturas de apoio às entidades com valências e responsabilidades nas fases de prevenção e supressão e socorro da cadeia de processos do SGIFR.
- **Adaptação às alterações climáticas**: A área de intervenção adaptação às alterações climáticas visa aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território às alterações climáticas, aprofundar o conhecimento e disseminar a informação sobre os efeitos das alterações climáticas e seus impactes no território, nas pessoas e nos diversos setores de atividade.
- **Gestão de recursos hídricos**: A utilização sustentável das águas constitui um verdadeiro desafio para a gestão dos recursos hídricos, tendo em conta os usos atuais e futuros e a sua conjugação com os cenários de alterações climáticas, que passa necessariamente por assegurar uma gestão otimizada da água e o incentivo à eficiência na procura. Os principais objetivos a alcançar são: reforço do conhecimento das massas de água, melhoria da qualidade das massas de água, reabilitação e valorização da rede hidrográfica, minimização de riscos de cheias e inundações, aumento da resiliência aos efeitos das secas, contenção de espécies invasoras; segurança de barragens.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Acesso e a gestão sustentável da água

- Depois de uma evolução notável dos serviços de águas, os últimos anos têm-se caracterizado por desafios de fundo ainda por resolver, nomeadamente ao nível da estruturação das entidades gestoras (EG) responsáveis pela prestação dos serviços e da garantia da sustentabilidade dos serviços a longo prazo. Acrescem ainda as respostas aos desafios emergentes das alterações climáticas (escassez, degradação das massas de água, maior risco de ocorrência de inundações), a necessidade de controlo dos poluentes emergentes, a necessidade de maior circularidade e a valorização ambiental e territorial dos serviços.

Transição para uma economia circular e eficiente no uso de recursos

- Reduzir a quantidade de resíduos urbanos recolhidos de forma misturada e aumentar a quantidade de resíduos recolhidos de forma seletiva;
- Promover a qualidade dos materiais recolhidos e incentivar a sua reutilização, conseguir uma maior valorização material, orgânica e energética dos resíduos urbanos, com recuperação dos nutrientes;
- Reduzir a fração residual assente numa gestão mais eficaz e eficiente com o menor impacto no ambiente e na promoção da eficiência de recursos na indústria;
- Aumentar a produtividade da economia e a reintrodução de materiais recuperados nos processos produtivos (sistema de incentivos).

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Proteção e a preservação da natureza, biodiversidade e as infraestruturas verdes, incluindo em áreas urbanas, e redução de todos os tipos de poluição

- Na área de intervenção da **conservação da natureza, biodiversidade e património natural**, assume-se a importância de estancar a perda de biodiversidade.
- Quanto à proteção do **bem-estar animal** pretende-se contribuir para melhorar qualitativamente a política pública em matéria de bem-estar dos animais de companhia, tornando-a mais eficaz e consentânea com as melhores práticas internacionais.
- No que se refere aos **passivos de áreas mineiras abandonadas** tem como objetivo principal a redução dos passivos ambientais de áreas mineiras, através de intervenções de reabilitação, remediação, recuperação e descontaminação ambiental em locais contaminados classificados como passivos resultantes de atividades mineiras, geograficamente delimitados, atualmente desativados e/ou abandonados.
- A área de intervenção recuperação ambiental de pedreiras em situação crítica visa a proteção de pessoas e bens e do ambiente, através da promoção e execução de medidas com vista à redução de situações de potencial criticidade nas pedreiras.
- Na área de intervenção de monitorização do ar e do ruído, a lógica de intervenção é reduzir os níveis de exposição da população à poluição atmosférica, ao ruído ambiente e a outros riscos ambientais e pressões sobre o ambiente, garantindo uma melhor qualidade de vida, nomeadamente urbana.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP2 Portugal + Sustentável | Principais Áreas de Programação

Mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia neutra em carbono

- Pretende-se fomentar uma mobilidade, incluindo mobilidade suave, sem descontinuidades e soluções inovadoras e inteligentes que promovam a utilização multimodal e que incentivem a descarbonização das cidades com melhoria da qualidade do ar e redução do ruído, e promover o investimento em infraestruturas de transporte pesado em meio urbano e suburbano que conduza à redução da dependência do transporte individual.

Exemplos de medidas de política:

Apoio a investimentos em infraestruturas de transporte pesado de passageiros, em material circulante ferroviário urbano e suburbano e veículos limpos para sistemas BRT – *Bus Rapid Transit*, em eixos com elevados níveis de congestionamento

Elaboração e implementação de Planos Logísticos Urbanos Sustentáveis (PLUS) e desenvolvimento de projetos piloto de organização da logística urbana, com vista à promoção da utilização de modos não poluentes para a distribuição, incluindo a criação de centros de micrologística

Implementação de sistemas de restrição e controlo das cargas e descargas nos centros urbanos (Zonas de Carga de Emissões Zero)

Criação de zonas sem trânsito e/ou zonas de zero emissões

Investimento em soluções de mobilidade ativa nas cidades e sua complementaridade com a rede de transporte público

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

PORTUGAL 2030

2.

OP3 Portugal + Conectado

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP3 Portugal + Conectado | Principais áreas de Programação

Desenvolvimento de uma RTE-T sustentável, resiliente às alterações climáticas, segura, inteligente e intermodal

Mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e mobilidade transfronteiriça

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP3 Portugal + Conectado | Contexto e Diagnóstico

Ferrovia

Contexto

- A procura pelo meio ferroviário tem vindo a crescer, com evoluções positivas na quota modal do transporte de mercadorias (13% em 2019), apesar de ainda se encontrar abaixo da média europeia (17,6%)
- A quota modal do transporte ferroviário de passageiros em Portugal é inferior à da União Europeia, 4,6% versus 8% (2019), respetivamente
- Portugal mantém uma densidade de rede ferroviária inferior à da União Europeia, seja em km da rede por km^2 ou por habitante, com níveis de cobertura e acessibilidade territorial muito ligados aos principais centros urbanos do país (ainda que se observem algumas assimetrias nos padrões de serviço prestados aos passageiros)
- Em termos de segurança, apesar dos investimentos na redução do nº de passagens de nível (menos 36 face a 2013), o nível de segurança da rede ainda é inferior ao da média da União Europeia, a qual acresce a saturação de alguns pontos da rede, nomeadamente junto das duas Áreas Metropolitanas

Constrangimentos

- Existência de troços por eletrificar mantendo disrupções nos modelos produtivos dos operadores
- Congestionamento de troços de elevada procura e infraestruturas deficitárias, nomeadamente nas duas Áreas Metropolitanas
- Rede Ferroviária Nacional com 834 Passagens de Nível (PN) em 2019
- Sistema de sinalização na maioria da Rede Ferroviária Nacional em fim de ciclo de vida e ATP (*Automatic Train Protection*) com elevado nível de obsolescência
- Insuficiência e obsolescência do material circulante

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP3 Portugal + Conectado | Principais Áreas de Programação

Ferrovia

- Eletrificar e reabilitar os troços de via ainda não eletrificados, permitindo o abandono da operação com comboios Diesel nos poucos serviços onde esta opção ainda existe, substituindo-os por comboios elétricos com melhor desempenho ambiental, maior velocidade, melhor conforto para os passageiros e custos de operação mais baixos, potenciando a descarbonização do transporte ferroviário
- Modernizar a infraestrutura, incluindo a duplicação da via e a ampliação de estações e terminais de modo a eliminar os constrangimentos de capacidade existentes nas duas Áreas Metropolitanas do país, permitindo a disponibilização de canais e o consequente o aumento da oferta, quer de serviços urbanos, quer de serviços interurbanos, potenciando a transferência modal nas regiões mais densamente povoadas
- Construir novos troços, incluindo variantes a traçados atuais, de forma a garantir uma velocidade média de circulação mais homogénea ao longo da linha
- Modernizar o sistema de sinalização e comunicações através da migração para o Sistema Europeu de Gestão de Tráfego Ferroviário (ERTMS), para o Sistema europeu de controlo dos comboios (ETCS) e para o Sistema Global de Comunicações Móveis para ambiente Ferroviário (GSM-R)
- Suprimir passagens de nível, melhorar atravessamentos em estações, instalar sistemas de rádio comunicações em veículos ferroviários e renovar e reabilitar os ativos da rede ferroviária, adaptando a infraestrutura e equipamentos para níveis de qualidade e segurança adequados; Adquirir material circulante novo e de tração elétrica e bi-modal, que garanta condições de segurança e conforto aos passageiros e que adaptado às características da rede ferroviária nacional, designadamente no que respeita à eletrificação da mesma

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP3 Portugal + Conectado | Contexto e Diagnóstico

Setor Marítimo-Portuário

Contexto

- O setor marítimo-portuário tem vindo a afirmar-se a nível mundial ao longo das últimas décadas absorvendo uma maior fatia do comércio internacional
- As características fundamentais deste desenvolvimento, têm sido a existência de mais carga, mais carga contentorizada, navios cada vez maiores, mais navios em trânsito, desenvolvimento crescente de *hubs* portuários com capacidade de funcionar como plataformas de *transhipment* e como plataformas multimodais, com *hinterlands* cada vez mais vastos, com maior incorporação de automatismos e crescente digitalização da operação, com tempos de rotação e operação cada vez mais exigentes, sendo cada vez mais frequentes as necessidades de disponibilidade
- A pegada carbónica, ainda muito relevante e a necessidade de reestruturação multidimensional inerente a uma alteração do status nesta matéria é um desafio para o setor.

Constrangimentos

- Infraestrutura incapaz de atender em termos de capacidade às novas exigências de serviço face ao aumento da dimensão dos navios
- Infraestrutura incapaz de atender em termos de capacidade ao aumento de volume de tráfego
- Infraestrutura incapaz de patrocinar transferência modal para meios menos poluentes com risco de perda de competitividade por via da forte pegada
- Forte competitividade internacional
- Exigências crescentes ao nível da transição energética de instalações e navios com crescente solicitação de serviços diferenciados no fornecimento de energia elétrica ou de recursos a fontes renováveis para abastecer a atividade portuária e os navios servidos
- Crescentes exigências de resiliência infraestrutural (alterações climáticas)
- Ausência ou evolução limitada da infraestrutura de apoio à digitalização bem como dos próprios processos de gestão digitalizados como um fator crítico de perda de competitividade

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP3 Portugal + Conectado | Principais Áreas de Programação

Setor Marítimo-Portuário

- Realização intervenções de melhoria das condições de navegabilidade e das acessibilidades marítimas e portuárias (reforço da capacidade, competitividade e resiliência)
- Consolidação e reabilitação de molhes e terminais, bem como patrocínio de melhorias tecnológicas na gestão de tráfego (reforço da capacidade, competitividade, transição digital e resiliência)
- Preparação e capacitação dos Portos para a disponibilização de oferta de energia verde, de *Onshore Power Supply* e para a operação de energias de transição (desenvolvimento da transição energética com reforço da competitividade e redução dos impactos ambientais)
- Intervenções de reforço da capacidade portuária com foco em vias navegáveis, terminais e zonas logísticas que promovam a transferência modal (reforço da capacidade, patrocínio da transferência modal, reforço da competitividade e da redução da pegada ecológica na cadeia logística)
- Expansão e requalificação das acessibilidades às infraestruturas logísticas associadas aos portos, bem como à infraestrutura ferroviária (reforço da capacidade, patrocínio da transferência modal, reforço da competitividade e da redução da pegada ecológica na cadeia logística)
- Atualização e expansão das capacidades digitais instaladas nas infraestruturas portuárias (reforço da capacidade de concretização da transição digital e aumento da resiliência e segurança digital)

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

PORTUGAL 2030

2.

OP4 Portugal + Social

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP4 Portugal + Social | Contexto e Diagnóstico

Portugal registou grandes progressos em matéria social, com forte contributo dos fundos europeus, na melhoria das qualificações, na cobertura de serviços sociais e promoção da inclusão social, mas persistem vulnerabilidades, designadamente um forte desafio demográfico

.

Persistem fragilidades no domínio das qualificações da população ativa e nos jovens NEET

Metade da população portuguesa não possui as competências digitais básicas e 30% não tem quaisquer competências digitais

No mercado de trabalho, a crise pandémica trouxe um clima de incerteza, em particular no emprego jovem e nos setores mais afetados pelas transições climática e digital

No domínio da inclusão social, a situação de crise gerada pela pandemia agravou os impactos na pobreza e nas desigualdades

Pessoas com deficiência ou incapacidades, migrantes ou minorias étnicas apresentam maiores défices de competências profissionais e dificuldades de inserção

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

OP4 Portugal + Social | Contexto e Diagnóstico

Mantêm-se, no entanto, alguns constrangimentos:

Desemprego jovem persistente (presença relevante de NEET), segmentação do mercado de trabalho e precariedade laboral	**Emprego**	Baixa natalidade, redução da população em idade ativa e envelhecimento demográfico. Desigualdade de género que se reflete em desigualdades salariais e de progressão na carreira
Persistência do insucesso escolar e de percursos de qualificação incompletos; baixas qualificações e reduzidas competências digitais da população ativa	**Qualificação**	Reduzida participação no ensino superior de estudantes provenientes de cursos profissionais. N.º de diplomados do ensino superior nas áreas STEAM, incluindo ciências e tecnologias de informação, abaixo da crescente procura
Desigualdade, exclusão e discriminação de grupos vulneráveis, incluindo a sua inserção no mercado de trabalho; Persistência do fenómeno da violência doméstica e de género	**Inclusão Social**	Envelhecimento demográfico; Dificuldade no acesso à habitação e a serviços sociais de interesse geral por parte dos mais desfavorecidos; Risco de pobreza, de privação material e de exclusão, em particular de crianças, jovens e idosos

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP4 Portugal + Social | Principais áreas de Programação

FSE +

- Melhorar o acesso ao emprego e as medidas de ativação de todos os que procuram emprego, em particular os jovens
- Promover uma participação equilibrada de género no mercado de trabalho
- Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários no quadro das transições digital e climática
- Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação e formação inclusiva e de qualidade
- Promover a aprendizagem ao longo da vida
- Promover a inclusão ativa com vista a incentivar a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e a melhoria da empregabilidade
- Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis
- Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Melhorar o acesso ao emprego e as medidas de ativação de todos os que procuram emprego, em particular os jovens

- Promover a transição estável de jovens para a vida ativa
- Combater a precariedade e segmentação do mercado de trabalho, através de apoio à contratação permanente
- Melhorar medidas de ativação para candidatos a emprego
- Promover uma adequação entre oferta e procura no Mercado de Trabalho
- Garantir uma assistência mais personalizada face à diversidade de problemáticas e públicos
- Responder em tempo útil para evitar Desemprego de Longa Duração
- Promover a mobilidade geográfica para territórios menos densamente povoados

Em complemento das ações previstas, importa promover a capacitação dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil, o que será assegurado através da alocação de financiamento para este fim no contexto da Assistência Técnica.

Exemplos de medidas de política:

Estágios profissionais

Apoios à contratação

+CO3SO e mobilidade dos trabalhadores para o interior

Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e incubadoras sociais de emprego

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

PORTUGAL 2030

Promover uma participação equilibrada de género no mercado de trabalho, a igualdade nas condições de trabalho, e um melhor equilíbrio entre vida profissional e familiar

- Combate à segregação de género e redução da disparidade salarial
- Combater estereótipos de género
- Fomentar uma participação mais equilibrada das mulheres e dos homens na sociedade
- Promover estruturas e apoios reforçados à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional

Exemplos de medidas de política:

Medidas de promoção da igualdade de género no trabalho, de combate à segregação profissional e de redução da disparidade salarial

Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários no quadro das transições digital e climática

- Reforçar as qualificações no âmbito da atividade empresarial, incluindo dos empresários e gestores, e da administração pública
- Adaptação dos ativos empregados à mudança

Exemplos de medidas de política:

"Formação-Ação"

Formação Qualificante para empresários e quadros de gestão

Licenças de formação e qualificação dos trabalhadores

Formação de ativos empregados associada a investimento empresarial

Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados por empresas, instituições científicas, laboratórios colaborativos e outras infraestruturas tecnológicas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação e formação inclusiva e de qualidade

- Promover mecanismos de ativação e sinalização de jovens NEET p/encaminhamento p/medidas de educação / formação (EF)
- Manter a aposta nas vias de formação de jovens de nível secundário de dupla certificação (e.g. cursos profissionais e de aprendizagem), pelo seu papel chave na prevenção do abandono escolar precoce e na qualificação de quadros intermédios para o mercado de trabalho, sem prejuízo da possibilidade de poderem prosseguir de imediato estudos para o ensino superior
- Manter o apoio a formação avançada através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento
- Aumentar as qualificações digitais, alinhando a formação com as necessidades
- Aprofundar autonomia e flexibilidade curricular, modernização pedagógica e inovação das aprendizagens, promovendo o sucesso escolar
- Promover a formação contínua de professores e outros agentes de EF p/ suporte à transição digital
- Aposta em formação para resposta a necessidades de um mercado de trabalho em mudança
- Promover a cultura científica

Exemplos de medidas de política:

Cursos Profissionais

Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) e cursos de curta duração

Cursos de Aprendizagem

Formação Avançada e reforço/modernização da formação doutoral

Formação contínua de docentes, formadores, tutores da FCT e outros profissionais do sistema

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Promover a aprendizagem ao longo da vida

- Aposta em novas competências para o mercado de trabalho (upskilling e reskilling)
- Competências digitais e alinhadas com as novas profissões alinhadas com as transições climática e digital
- Valorização das qualificações profissionais, em particular em setores estratégicos
- Reconverter quadros com qualificações desajustadas face à evolução do tecido produtivo, licenciados apostando na oferta de formações curtas de nível superior (pós-graduação de âmbito multi institucional, e em consórcios de IES, instituições de I&D, empresas e Administração Pública) e outras ofertas de nível intermédio para esse efeito
- Calibrar o ajustamento entre procura e oferta, tornando a educação dos adultos mais adequada às necessidades do Mercado de Trabalho (MT)
- Melhorar metodologias de organização dos cursos para adultos

Exemplos de medidas de política:

Formações modulares certificadas

Cursos de Especialização tecnológica (CET)

Vida Ativa

Centros Qualifica

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

PORTUGAL 2030

Promover a inclusão ativa com vista a incentivar a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e a melhoria da empregabilidade

- Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho incluindo em lógicas de intervenção territorializada e em atividades de relevância social, incluindo as pessoas com deficiência ou incapacidades
- Formação de base qualificante, incluindo em competências digitais básicas ou mais do que básicas
- Promoção da participação ativa, igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis
- Promover a integração de migrantes, refugiados e minorias étnicas
- Promover a aprendizagem do Português para falantes de outras línguas
- Reforçar aposta no combate à violência doméstica e de género e às discriminações, em particular em razão da idade, raça ou etnia, etc.
- Prosseguir a aposta na promoção de projetos de inovação e experimentação social capazes de promoverem o empreendedorismo social e uma mais eficaz e eficiente inclusão de todos

Exemplos de medidas de política:

Cursos de Educação e Formação de Adultos

Cursos de educação e formação de jovens

Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho, incluindo no âmbito do Mercado Social de Emprego

Inclusão ativa para pessoas com deficiência ou incapacidades

Inclusão ativa de migrantes, refugiados, requerentes de asilo e minorias étnicas, pessoas em situação de sem abrigo

Capacitação para a inclusão

Formação de públicos estratégicos

Inovação e experimentação social, incluindo grupos vulneráveis da sociedade (e.g. sem abrigo; pessoas com deficiência, nomeadamente apoio à não institucionalização e vida autónoma na comunidade, incluindo na transição para a vida entre a escolaridade e vida ativa, serviços de atendimento e provisão de produtos de apoio dirigidos a este grupo especifico)

Cultura para todos

Em complemento das ações previstas, importa promover a capacitação dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil, o que será assegurado através da alocação de financiamento para este fim no contexto da Assistência Técnica.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis

Igualdade de acesso a serviços de educação desde o pré-escolar ao ensino superior

- Apostar numa intervenção precoce (pré-escolar, com forte incidência no ensino básico)
- Reforçar medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão através de recursos e apoios especializados, para retoma das aprendizagens, sem estigmatização
- Proporcionar, com outras entidades da comunidade, atividades e espaços não escolarizados de socialização e integração
- Fomentar o apoio escolar e ao estudo a crianças e jovens com mais dificuldades
- Investir na literacia científica
- Reforçar Ação Social no ensino superior, garantindo a efetiva abertura da base social do ensino superior

Envelhecimento ativo, estilos de vida saudável e prevenção de doenças

- Iniciativas futuras a alinhar com a Estratégia Portugal 2030, Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável
- Promoção da literacia em saúde

Exemplos de medidas de política:

Ações específicas do Plano 21I23 Escola+ - plano integrado para a recuperação das aprendizagens

Apoios no âmbito da ação social a estudantes do ensino superior promovendo uma efetiva abertura da base social do ensino superior

Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP)

Programas intermunicipais de combate ao insucesso escolar

Centros de Atendimento (CNAIM) e estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes e populações em situação de vulnerabilidade social

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis (cont.)

- **Aumentar a qualidade e diversificar a provisão dos serviços sociais , de saúde e habitação, com particular incidência nas áreas das pessoas com deficiência, violência Doméstica de Género, bem como na promoção e proteção crianças e jovens em perigo incluindo no sentido da sua desinstitucionalização e promoção da autonomia**
  - Reforçar e promover as qualificações/competências de profissionais do sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, e do Sistema de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)
  - Melhorar sistemas de sinalização precoce de riscos e intervenção preventiva através de respostas integradas
  - Abordagens abrangentes de desinstitucionalização e de promoção da autonomia
- **Abordagens territoriais para a inclusão**
  - Garantir complementaridades FSE+ com intervenções FEDER, e.g. capacitação dos profissionais dos setores, bem como no suporte comunitário, formação, emprego dos públicos vulneráveis
  - Dinamização de intervenções multissectoriais e integradas, em parceria, para promover a inclusão do indivíduos, combatendo fenómenos de pobreza e exclusão social específicos de territórios vulneráveis

Exemplos de medidas de política:

Centros de Atendimento e estruturas de acompanhamento e apoio especializado a migrantes e populações em situação de vulnerabilidade social

Qualificação de públicos estratégicos para a cidadania e inclusão

Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância

Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo e promoção da desinstitucionalização

Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)

Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)

Unidades móveis para a inclusão

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo às crianças, e proporcionar medidas de acompanhamento para a sua inclusão social

- Distribuição direta e indireta de apoio alimentar e bens de primeira necessidade
- Promover medidas de inclusão social para os destinatários da assistência material de base

Exemplos de medidas de política:

Capacitação dos destinatários

Distribuição direta e indireta de apoio alimentar e bens de primeira necessidade

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais áreas de Programação (cont.)

FEDER

Melhorar a igualdade de acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários, e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família e de proximidade

Valorizar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, inclusão social e inovação social

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Melhorar a igualdade de acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida

- Promover a requalificação das infraestruturas pedagógicas de forma a responderem aos desafios das transições climática e digital e reforçar competências nos domínios de especialização regional
- Reforçar as infraestruturas de apoio social, designadamente na área da educação
- Adequar as infraestruturas pedagógicas a novas metodologias e técnicas de ensino inclusivas

Exemplos de medidas de política:

Requalificação das infraestruturas de ensino superior de forma a responderem aos desafios das transições climática e digital

Requalificação das infraestruturas pedagógicas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários, e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família e de proximidade

- Reforço das infraestruturas de saúde, abrangendo nomeadamente os centros hospitalares e a aquisição e instalação de equipamentos para melhoria da prestação de serviços de saúde, bem como nos domínios de apoio
- Aumento da capacidade de resposta da rede de serviços hospitalares aos novos desafios epidemiológicos e demográficos, promovendo a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade, incluindo através do recurso às tecnologias de informação e comunicação, visando uma maior abrangência e número de utilizadores
- Ações que visem melhorar a qualidade de diagnóstico e tratamento de unidades hospitalares

Exemplos de medidas de política:

Aquisição de equipamentos de tecnologia avançada essenciais ao funcionamento de unidades do Serviço Nacional de Saúde

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP4 Portugal + Social | Principais Áreas de Programação

Valorizar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, inclusão social e inovação social

- Incrementar a escala, diferenciação e sustentabilidade da atividade de criação e difusão cultural e do seu setor profissional
- Contribuir para a formação e consolidação de comunidades criativas no território, apostando em fatores de diferenciação local/regional
- Colmatar lacunas de formação artística em áreas de maior potencial de mercado e promover os interfaces entre artes/tecnologias/indústrias/ambiente
- Qualificar e promover a regularidade de eventos de animação cultural do território, destinos, patrimónios e produtos turísticos
- Internacionalizar ativos e ofertas culturais e turísticas e incrementar os seus proveitos
- Promover a digitalização dos setores cultural, criativo e turístico
- Posicionar as regiões, enquanto territórios criativos, destinos turísticos culturais de excelência e "*film destination*"

Exemplos de medidas de política:

Programas integrados de promoção da cultura e da criatividade territorial

Programas de marketing, digitalização, promoção e valorização dos destinos e produtos turísticos regionais

Promoção do património cultural e dos serviços culturais

Programas para a qualificação, desenvolvimento e promoção do património natural

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

PORTUGAL 2030

2.

OP5 Portugal + Próximo

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

- Instrumento Territorial Integrado CIM (ITI CIM)
- Contratos para os Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais (ITI Centros Urbanos)
- Instrumento Territorial Integrado Áreas Metropolitanas (ITI AM)

Contribuem para cumprimento da concentração temática do Desenvolvimento Urbano Sustentável

- Abordagens Temáticas e Funcionais (contratualização opcional)
- Valorização dos Recursos Endógenos (contratualização opcional)
- Parcerias para a Coesão (urbanas e não-urbanas) (contratualização opcional)
- Estratégias de desenvolvimento de base local – comunidades piscatórias

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

ITI CIM

Contribuem para o reforço das redes sub-regionais e intermunicipais e enquadram as intervenções transversais de esfera municipal e supramunicipal, com especial foco:

- na estruturação e provisão de Serviços de Interesse Geral de proximidade;
- resposta das estruturas e equipamentos urbanos a novos desafios, como o demográfico, garantindo territórios e equipamentos acessíveis a todos, através de intervenções urbanas que reforcem a qualidade de vida das populações, assegurando um território mais resiliente e mais adaptado às alterações climáticas e outros fenómenos extremos;
- na dinamização de recursos territoriais (e.g. corredores verdes).

Exemplos de medidas de política:

- Construção/requalificação de edifícios escolares, equipamentos de saúde primária e infraestruturas desportivas
- Gestão e valorização do património cultural e natural
- Formas inovadoras de provisão (e.g. mobilidade a pedido; móvel e digital nos domínios da educação, saúde, social e cultura; serviços de proximidade promovidos por freguesias)
- Intervenções de urbanização * (e.g. território acessível)
- Transição digital na administração pública local
- Ciclo urbano da água (subinvestimentos em baixa)
- Eficiência energética na administração pública local
- Habitação (habitação social e habitação a custos acessíveis)
- Sistema de Incentivos de base territorial / apoios à criação de emprego (e.g. +CO3SO emprego)

(*) No contexto de obras de urbanização, na definição da DL n.º 555/99 (RJUE), artigo 2.º, h)

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

ITI Centro Urbano

Contratos para os Centros Urbanos Regionais e respetivas articulações interurbanas no âmbito dos subsistemas territoriais que contribuem para o reforço da rede urbana e a estruturação do modelo urbano policêntrico e para a afirmação dos domínios de especialização e competitividade, podendo contemplar as seguintes dimensões:

- Desenvolvimento de uma política de reforço dos centros urbanos regionais e valorização dos seus subsistemas urbanos, tendo em conta as declinações regionais dos Centros e subsistemas urbanos previstos no PNPOT (nomeadamente através do reforço de redes e articulação intermodal);
- competitividade urbana e internacionalização;
- mobilidade urbana intermodal;
- estratégias de descarbonização;
- especialização e competitividade;
- regeneração urbana ;

Admite, em função da natureza dos projetos e do seu contributo para os resultados, uma abrangência funcional não limitada à dimensão administrativa.

Exemplos de medidas de política:

- Regeneração urbana
- Mobilidade suave (ligada a abordagens territoriais intermodais)
- Planos de descarbonização
- Comunidades de energia
- Gestão de resíduos (subinvestimentos em baixa)
- Reforço do papel da cultura, afirmação de Identidade e dos domínios de especialização e internacionalização
- Atração de serviços especializados de apoio ao ecossistema empresarial, de inovação, de talento e estratégias criativas

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

ITI AM

Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, celebrados com Áreas Metropolitanas (ITI AM), que contribuem para o reforço da hierarquia de rede urbana, para a afirmação dos domínios de especialização e enquadram as intervenções transversais da esfera municipal e supramunicipal, podendo contemplar:

- estruturação e provisão de Serviços de Interesse Geral;
- regeneração urbana;
- estratégias de descarbonização e eficiência energética;
- transportes e mobilidade urbana sustentável;
- competitividade urbana e integração em redes internacionais;
- especialização (e.g. digitalização, economia circular e resíduos);
- dimensão ambiental e climática.

Exemplos de medidas de política:

- Serviços de Interesse Geral de nova geração (novos modelos de provisão nas áreas da saúde, educação ou sociais); formas inovadoras de provisão
- Construção/requalificação de edifícios escolares, equipamentos de saúde primária e infraestruturas desportivas
- Intervenções de urbanização * e regeneração urbana municipal; habitação (social e acessível)
- Transição digital na administração pública
- Internacionalização, valorização cultural patrimonial, atração de serviços especializados e talentos; Sistema de Incentivos de base territorial / apoios à criação de emprego (eg. +CO3SO emprego):
- Transportes e Mobilidade urbana sustentável
- Eficiência energética na administração pública local / Planos de descarbonização
- Ciclo urbano da água; gestão de resíduos; recursos hídricos; corredores verdes

(*) No contexto de obras de urbanização, na definição da DL n.º 555/99 (RJUE), artigo 2.º, h)

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Abordagens Temáticas e Funcionais

Abordagem com intervenção focada num tema/ território definido, tendo por base uma estratégia coletiva comum.

Pretende reforçar o trabalho em rede, dar escala sub-regional a investimentos e fomentar a mobilização de financiamento de outros OP e de outros fundos.

Estas abordagens temático/funcionais têm uma lógica de contratação opcional.

Constituem intervenções em investimentos estruturantes de interesse comum no âmbito:

- dos subsistemas territoriais a estruturar do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- de territórios inter-NUTS II.

Exemplos de medidas de política:

- Reforço do mecanismo multinível e multiescala, procurando, num número limitado de iniciativas, ajustar os recursos e a articulação de intervenções de diversas escalas, de modo a reforçar a qualidade das respostas e a apropriação dos objetivos e resultados
- Mobilização de abordagens estratégicas para intervenções integradas, conferindo respostas temáticas ou funcionais mais ajustadas ao território

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Valorização dos recursos endógenos

- Valorização dos recursos endógenos
- Reforço dos subsistemas económicos
- Valorização de ativos territoriais

Instrumento de contratualização opcional.

Exemplos de medidas de política:

Estratégias de eficiência coletiva que assegurem massa crítica para a estruturação de recursos e a valorização de ativos do território. Manter-se-á o foco do instrumento PROVERE (desenhado com base na articulação de atores em torno de recursos territoriais no período 2007-2013 e ajustado em 2014-2020). A escala deste instrumento pode coincidir com a unidade administrativa NUTS III (modelo contratualizável) ou com lógicas funcionais dos recursos a valorizar (não contratualizável).

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Parcerias para a Coesão (urbanas e não-urbanas)

Instrumento novo, de contratualização opcional, focado em intervenções transversais da esfera municipal para a densificação de intervenções e reforço das redes de atores sub-regionais que reforcem a articulação rural/urbano ou urbano/rural.

- abordagens inovadoras supramunicipais no contexto urbano;
- ações de parceria entre atores e territórios;
- o reforço da capacitação de atores e territórios para a ação;
- reforço de intervenções que assegurem a articulação e novas formas de provisão de SIG, bem como iniciativas de valorização dos recursos endógenos em meio urbano;
- a densificação de intervenções no reforço de redes sub-regionais;
- eventual envolvimento dos GAL ou parcerias territoriais (iniciativa das CCDR/AG).

Exemplos de medidas de política:

Parcerias para a Coesão (urbanas)

- Valorização urbana de recursos endógenos (dimensões criativas, mecanismos de inovação e comercialização)
- Dimensões de experimentação social e de inclusão em contexto urbano
- Novas abordagens ao combate ao abandono escolar
- Capacitação de redes e atores de animação social e cultural

Parcerias para a Coesão (não urbanas)

- Respostas inovadoras em termos de garantia de acessibilidade por parte da população aos Serviços de Interesse Geral
- Valorização de recursos endógenos (estruturação de atores e cadeias de valor)
- Dimensões de experimentação social e de inclusão em contexto não urbano
- Novas abordagens ao combate ao abandono escolar
- Capacitação de redes e atores de animação social e cultural
- Reforço de respostas e capacitação de entidades para dinamização do território
- Estruturação de redes de estruturas para reforço da atração do território

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

PORTUGAL 2030

2.

Objetivos Específicos - Mar

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussao publica

OP2 Portugal + Verde| Principais Áreas de Programação

Reforço do potencial económico estratégico da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade ambiental e dos recursos marinhos

No domínio do mar, pretende-se:

- Incrementar a competitividade da produção das pescas e aquícola, promovendo igualmente a segurança alimentar e reforçar a competitividade das PME da indústria da transformação dos seus produtos através do valor acrescentado e internacionalização
- Reforçar as atividades de pesca económica, social e ambientalmente sustentáveis, através de intervenções na frota e em investimentos em Portos de Pesca, Locais de Desembarque, Lotas e Abrigos
- Reforçar a gestão sustentável dos mares e dos oceanos através da promoção do conhecimento do meio marinho, da vigilância marítima ou da cooperação entre os serviços de guarda costeira
- Renovar a frota promovendo o ajustamento da capacidade de pesca às possibilidades de pesca, aumenta a eficiência energética e reduzir as emissões de CO2, mediante a substituição ou modernização dos motores dos navios de pesca
- Proteção da biodiversidade aquática e dos ecossistemas, áreas marinhas protegidas, recolha de lixo marinho, refortalecimento dos ecossistemas marinhos lagunares, e gestão de sítios NATURA 2000

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

OP5 Portugal + Próximo | Principais Áreas de Programação

Estratégias de desenvolvimento de base local – comunidades piscatórias

- Criação de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores
- Fomentar o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias e de aquicultura

Exemplos de medidas de política:

Execução da Estratégia de Desenvolvimento Local concebida por cada Grupo de Ação Local, através dos seus principais atores

Desenvolver as comunidades costeiras, no âmbito de uma economia azul circular e sustentável, reforçando as suas dinâmicas de diversificação económica, de criação de emprego, de integração no seu ambiente regional, de reforço da atratividade para os jovens, de inclusão social e ambiental, de capacitação e qualificação, de valorização do património cultural e de melhorias ao nível dos recursos endógenos e das práticas de distribuição e comercialização

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

PORTUGAL 2030

2.

Fundo para uma Transição Justa

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

FTJ| Principais Áreas de Programação

Planos Territoriais para uma Transição Justa

O Fundo de Transição Justa é parte do **Mecanismo de Transição Justa**, composto por três pilares, entre os quais o Fundo de Transição Justa.

Após o estudo realizado sobre os impactos da transição nos territórios a intervir (estudo financiado pelo Programa de Apoio às Reformas Estruturais - PARE), **Portugal vai apresentar os seguintes Planos Territoriais para uma Transição Justa:**

- **Alentejo Litoral**, resultante do encerramento da central a Carvão de Sines
- **Médio Tejo**, resultante do encerramento da central a Carvão do Pego
- **Área Metropolitana do Porto**, resultante do encerramento da refinaria de Matosinhos
- **Complexo territorial contínuo das regiões de Leiria/Coimbra/Aveiro** (Centro Litoral), associado aos desafios de transformação de setores de atividade industrial muito intensiva em carbono (ex. vidro e cerâmica)

Exemplos de medidas de política:

Medidas de minimização dos impactos da transição nos trabalhadores e no mercado de trabalho

A adequação das competências dos recursos humanos aos desafios da diversificação e modernização das economias locais

A diversificação da base económica regional, incluindo a promoção da transição energética e climática dos processos produtivos, a inovação e a promoção de fontes de energia renovável

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

PORTUGAL 2030

3.

Programação Financeira

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

Programação Financeira| Objetivos e Fundos

O Portugal 2030 mobiliza os cinco Fundos, nos 5 Objetivos estratégicos (OP):

M€

Objetivo Estratégico	FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA	Total	
OP1 Portugal + Competitivo	5 305					5 305	23%
OP2 Portugal + Verde	3 483		1 568		341	5 392	23%
OP3 Portugal + Conectado	471		1 459			1 930	8%
OP4 Portugal + Social	418	7 466				7 883	34%
OP5 Portugal + Próximo	1 536				32	1 567	7%
FTJ				224		224	1%
Assistência Técnica	284	311	78		20	693	3%
Total	11 497	7 777	3 105	224	393	22 995	100%
	50%	34%	14%	1%	2%		

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Programação Financeira | Programas e Fundos

Os cinco Fundos distribuem-se pelos 12 Programas:

M€

Programa	FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA	Total	
Programas Temáticos	3 505	6 091	3 105		393	13 094	57%
Inovação e Transição Digital	3 505	400				3 905	
Ação Climática e Sustentabilidade			3 105			3 105	
Demografia, Qualificações e Inclusão		5 691				5 691	
Mar					393	393	
Programas Regionais do Continente	6 722	887		224		7 833	34%
Norte	2 973	362		60		3 395	
Centro	1 842	240		90		2 172	
Alentejo	901	130		74		1 104	
Lisboa	319	62				381	
Algarve	687	93				780	
Programas das Regiões Autónomas	1 150	750				1 899	8%
Açores	690	450				1 140	
Madeira	460	300				760	
Programa Assistência Técnica	120	49				169	1%
Total	11 497	7 777	3 105	224	393	22 995	100%

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Programação Financeira | Programas Operacionais e Fundos

Os Programas mobilizam diferentes Objetivos Estratégicos (OP):

M€

Programa	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	FTJ	AT	Total	
Programas Temáticos	2 567	2 724	1 459	5 976	32		336	13 094	57%
Inovação e Transição Digital	2 567	815		400			123	3 905	
Ação Climática e Sustentabilidade		1 568	1 459				78	3 105	
Demografia, Qualificações e Inclusão				5 576			115	5 691	
Mar		341			32		20	393	
Programas Regionais do Continente	2 270	2 352	280	1 059	1 500	224	147	7 833	34%
Norte	1 000	911	95	501	767	60	61	3 395	
Centro	630	637	105	270	400	90	40	2 172	
Alentejo	234	340	81	144	213	74	19	1 104	
Lisboa	170	96		55	48		12	381	
Algarve	235	368		90	72		15	780	
Programas das Regiões Autónomas	468	316	191	848	36		41	1 899	8%
Açores	249	194	127	530	16		23	1 140	
Madeira	219	121	64	317	20		18	760	
Programa Assistência Técnica							169	169	1%
Total	5 305	5 392	1 930	7 883	1 567	224	693	22 995	100%

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

Programação Financeira| Concentrações Temáticas

O Portugal 2030 respeita as regras de concentração temática definidas nos regulamentos comunitários para todos os Estados-membros.

FEDER

- O OP 1 concentra 47% do FEDER, acima do limiar de concentração temática, o que reflete a aposta nas empresas e sua envolvente, no conhecimento e na inovação. Contribuem para esta concentração temática o PO Inovação e transição digital e também os PO Regionais
- No OP2 – "Europa + Verde", o Portugal 2030 concentra 30% do FEDER, sendo o maior contributo proveniente dos PO Regionais, a que acrescem os apoios à descarbonização das empresas veiculados pelo PO Inovação e transição digital e PO Algarve
- 24% do FEDER visa o desenvolvimento urbano sustentável, com o contributo dos instrumentos territoriais

	Mínimo	Portugal 2030
OP1 - Portugal + Competitivo (40% do FEDER, excluindo AT e RUP)	**4 422**	**5 226**
% do FEDER total	40%	47%
OP2 - Portugal + Verde (30% do FEDER, excluindo AT e RUP)	**3 317**	**3 326**
% do FEDER total	30%	30%
Desenvolvimento Urbano (8% do FEDER, excluindo AT)	**897**	**2 642**
% do FEDER total	8%	24%

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Programação Financeira| Concentrações Temáticas

FSE+

- A programação dos apoios à inclusão social concentram 30 % do FSE+, cumprindo o limiar de 25 % de concentração temática. Estão presentes sobretudo no PO Demografia e inclusão. Os PO Regionais apresentam um contributo genericamente proporcional à sua dotação de Fundo

- O apoio às pessoas mais carenciadas corresponde a 3 % do FSE+ e será mobilizado, pelo PO Demografia e inclusão e pelos PO das Regiões Autónomas

	Mínimo	Portugal 2030
Inclusão Social (25% do FSE+, excluindo AT e dotação RUP)	**1866**	**2256**
% do FSE+ total	25%	30%
Apoio às pessoas mais carenciadas (3% do FSE+, excluindo AT e dotação RUP)	**224**	**225**
% do FSE+ total	3%	3%

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

PORTUGAL 2030

4.

Principais medidas de reforço da capacidade de gestão

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

Reforço da Capacidade de Gestão

Novos e complexos desafios de programação e implementação exigem maior robustez e preparação das organizações, dos recursos e dos instrumentos

ROTEIRO DE CAPACITAÇÃO DO ECOSSISTEMA DOS FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO

Âmbito :

- ✓ Comissão Europeia (2019), Roteiro para o Reforço da Capacidade administrativa – Guia prático;
- ✓ Relatório do Semestre (2019) – Annex D: Investment Guidance on Coehsion Policy Funding 2021 -2027 for Portugal.

Metodologia de elaboração:

- ✓ **Diagnóstico de Necessidades**: análise documental, mapeamento do ecossistema de atores, auscultação dos protagonistas (9 *focus group*) e autoavaliação das AG (2 inquéritos matriz, adaptação da metodologia OCDE), etc.
- ✓ **Estratégia de Capacitação:** 4 eixos | 10 objetivos específicos.
- ✓ **Plano de ação:** 6 projetos estruturantes a implementar.
- ✓ **Sistema de monitorização:** indicadores de realização, indicadores de resultado, monitorização de projeto, monitorização da estratégia. (eixo).

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Reforço da Capacidade de Gestão (cont.)

6 Projetos estruturantes a implementar

Plano de ação

Academia de Fundos

[Programa plurianual: *Summer School* de políticas públicas; Rede de simplificação; Ações de capacitação de cariz técnico; Encontros Anuais; Estudos, manuais, documentação técnica, Manual de procedimentos]

Rede de Capacitação Operacionalização de Abordagens de Clusters e RIS3

[Ações de capacitação específica; Evento Anual; *Summer School*]

Programa de Qualificação da Procura

[Redes Participa; Ações de Capacitação; Encontro Anual (*Semana dos Fundos Europeus*); Estudos, manuais, documentação técnica]

Rede de Cap. Operacionalização da Abordagem Territorial do PT 2030

[Ações de capacitação específica; Encontros anuais, Manuais, Documentação técnica, Formação em abordagens territoriais colaborativas]

Avaliação e Reforço da Ação Orientada para Resultados

[Cursos de Mestrado e Doutoramento em avaliação de políticas públicas; *Summer School* de avaliação; Manuais, estudos; Ações de capacitação específica (avaliações e indicadores de resultados); Encontros Bianuais]

Programa de Comunicação de Visibilidade Externa

[Estratégia de Comunicação; *Semana dos Fundos Europeus*; W*orkshops* de capacitação dos media; Programa de capacitação contínua em comunicação digital; Dicionário dos Fundos; Programa de TV; Programa de informação de crianças]

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

PORTUGAL 2030

5.

Abordagens Integradas para enfrentar os desafios demográficos e do território

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Abordagem Integrada - Desafios Demográficos

Diagnóstico

- ✓ redução da população em idade ativa decorrente de um processo de envelhecimento populacional;
- ✓ taxa de natalidade mais baixa da Europa;
- ✓ desigualdade no acesso aos cuidados de saúde;
- ✓ desequilíbrio do nível de provisão dos serviços sociais de interesse geral ao longo do território.

Prioridades de Ação

- ✓ medidas de aumento da população em idade ativa (combate à precariedade e à segmentação do mercado de trabalho; atração e integração dos migrantes em idade ativa);
- ✓ promoção do envelhecimento ativo e saudável;
- ✓ promoção da acessibilidade equitativa a serviços de apoio à família (creches, jardins de infância, ATL, serviços de apoio aos ascendentes);
- ✓ promoção da inclusão social (promoção do emprego, combate à pobreza e à exclusão social, redução de custos com bens e serviços de primeira necessidade para as famílias desfavorecidas);
- ✓ promoção da competitividade dos territórios mais deprimidos.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

Abordagem Integrada - Desafios do Território

Diagnóstico

- ✓ insuficiente papel das cidades médias e da sua articulação com o território envolvente (urbano-rural);
- ✓ desequilibrada oferta de serviços e a sua provisão;
- ✓ insuficiente capacidade de cooperação intermunicipal e de participação dos atores locais;
- ✓ insuficientes abordagens diferenciadas das políticas de acordo com as necessidades específicas dos territórios;
- ✓ insuficiente valorização dos recursos e competências dos territórios;
- ✓ insuficiente capacidade de fixação/ atração de pessoas e investimento.

Prioridades de Ação

- ✓ **flexibilidade** na escolha e intensidade de intervenção nos instrumentos territoriais;
- ✓ **capacitação dos atores territoriais**, reforçando os processos de consolidação das diferentes escalas de intervenção (incluindo freguesias);
- ✓ **contratualização para o Desenvolvimento e Coesão Territorial com CIM (ITI CIM)**, visando intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia sub-regional;
- ✓ contratos para os **Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais (ITI Centros Urbanos),** visando o reforço da rede urbana e a estruturação do modelo urbano policêntrico e a afirmação dos domínios de especialização e competitividade;
- ✓ contratos com **Áreas Metropolitanas** (ITI AM), visando o reforço da hierarquia de rede urbana e a afirmação dos respetivos domínios de especialização;
- ✓ **mobilização de instrumentos específicos para abordagens temáticas ou funcionais** (intervenções em investimentos estruturantes de interesse comum);
- ✓ **valorização de recursos endógenos** (eg PROVERE);
- ✓ **parcerias para a Coesão** (espaço para abordagens inovadoras de base territorial, que privilegiem a consolidação de parcerias).

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

Abordagem Integrada - Desafios do Território (cont.)

Princípios

- ✓ flexibilidade regional na configuração dos instrumentos (por exemplo, customização dos ITI pelas CIM/AM/Centros Urbanos e respetivos subsistemas territoriais, articuladas com as CCDR);
- ✓ manutenção da escala NUTS III na contratualização de ITI CIM/AM, privilegiando elegibilidades que sejam competências das CIM/AM/Municípios, com especial foco na provisão de serviços públicos de proximidade;
- ✓ inclusão de intervenções de urbanização e mobilidade/transporte flexível de acesso a serviços nos ITI CIM;
- ✓ abordagem abrangente à política urbana que não se esgota num instrumento ou numa tipologia;
- ✓ promoção de uma efetiva concentração e seletividade, com redução substancial do número atual de estratégias e de OI;
- ✓ respeito pelo modelo territorial do PNPOT, considerando as declinações regionais, com foco de intervenção nas suas funções diferenciadoras;
- ✓ articulação estreita com outros instrumentos de financiamento (e.g. PRR, FEADER, FEAMP, PO Temáticos e/ou outras tipologias não contratualizadas);
- ✓ mobilização da rede e valorização do conhecimento territorial das ADL, nomeadamente na dinamização de projetos locais, na promoção do território e na ativação da procura;
- ✓ Incentivo a abordagens inovadoras e reforço da capacitação, com eventual envolvimento dos GAL.

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão pública

PORTUGAL 2030

6.

Condições Habilitadoras

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

Cumprimento das “Enabling Conditions” –

condições prévias a cumprir pelo Estado Membro

PORTUGAL 2030

Condições Horizontais

H1. Mecanismos eficazes de acompanhamento do mercado dos contratos públicos

H2. Instrumentos e capacidade para a aplicação efetiva das regras em matéria de auxílios estatais

H3. Aplicação e execução efetivas da Carta dos Direitos Fundamentais da UE

H4. Execução e aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) em conformidade com a Decisão 2010/48/CE do Conselho

Condições Temáticas

OP 1.1. Boa governação da estratégia nacional ou regional de especialização inteligente

OP 1.2. Um plano de banda larga nacional ou regional

OP 2.1. Quadro estratégico destinado a apoiar a renovação do parque habitacional e não habitacional visando a eficiência energética

OP 2.2. Governação do setor da energia

OP 2.3. Promoção eficaz da utilização de energias renováveis em todos os setores e em toda a UE

OP 2.4. Quadro eficaz de gestão dos riscos de catástrofe

OP 2.5. Planeamento atualizado para os investimentos necessários nos setores da água e das águas residuais

OP 2.6. Planeamento atualizado da gestão dos resíduos

OP 2.7. Quadro de ação prioritária para as medidas de conservação necessárias que implicam cofinanciamento da UE

OP 3.1. Planeamento exaustivo dos transportes ao nível adequado

OP 4.1. Quadro estratégico para as políticas ativas do mercado de trabalho

OP 4.2. Quadro estratégico nacional para a igualdade de género

OP 4.3. Quadro estratégico para o sistema de educação e formação a todos os níveis

OP 4.4. Quadro estratégico nacional para a inclusão social e a redução da pobreza

OP 4.5. Estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas

OP 4.6. Quadro estratégico para a saúde

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

PORTUGAL 2030

7.

Envolvimento dos Parceiros

Este documento corresponde a uma versao preliminar para efeitos de discussao publica

Envolvimento dos Parceiros

Forte envolvimento dos *stakeholders* na elaboração da Estratégia Portugal 2030

[início em 2017 com processo alargado de auscultação da sociedade portuguesa, envolvendo consultas junto dos parceiros económicos e sociais, da academia, da sociedade civil, dos agentes regionais e dos partidos políticos. Em 2020 Estratégia revisitada pelo Prof. António Costa Silva]

Forte envolvimento dos *stakeholders* territoriais na elaboração das Estratégias Regionais NUTS II e NUTS III

Promoção de Espaços de Diálogo e de Construção

[início em 2019 com debate das lições da experiência do PT2020 e apresentação da evolução dos trabalhos de preparação do Portugal 2030; debates públicos sobre estudos e resultados de avaliações do PT2020; entre maio e julho promoção do ciclo de 8 *webinars* sobre a aplicação dos Fundos Estruturais em Portugal; lançamento do Portal da Transparência em maio]

Envolvimento dos *stakeholders* na elaboração e acompanhamento do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais

[auscultação dos partidos/ AR, da CPCS, do Conselho Territorial, da CNA PRR, consulta pública, seminários de discussão do AP e PO com os *stakeholders*]

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica

Acordo de Parceria Portugal 2030

Promover a convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando a coesão territorial e social

15 de novembro de 2021

REPÚBLICA PORTUGUESA | GABINETE DO MINISTRO DO PLANEAMENTO

Este documento corresponde a uma versão preliminar para efeitos de discussão publica